



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 12

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/06/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 11/06/2013

ACTA Nº 12

----- Aos onze dias do mês de junho do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por João Manuel Almeida Neves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de maio de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - ANMP - Proposta de Lei nº 122/XII, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

- Declaração da ANMP
- Ratificação

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão de subscrição da Declaração da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a Proposta de nº 122/XII, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, a qual será posteriormente entregue ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro Ministro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

- 2.1.1 - Município de Oleiros - XIII^a Feira do Pinhal - 7 a 11/08/2013**
- Pedido de autorização de colocação de publicidade
- Isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um ofício do Município de Oleiros a comunicar que, como vem sendo já habitual, decorrerá naquela localidade entre os dias 7 e 11 de Agosto do corrente ano a XIII^a Feira do Pinhal, pelo que, solicita autorização para proceder à colocação e distribuição de publicidade na área do concelho de Pampilhosa da Serra, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.2.1 - 6^a Alteração ao Orçamento e 4^a Alteração às Grandes Opções do Plano

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira - Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- *"Informo V.Ex^a que a presente Alteração ao Orçamento Municipal, é efetuada de acordo com o ponto 8.3.1.5 do Pocal, tendo por base a redistribuição de dotações através de transferência entre rubricas orçamentais, decorrente de dotação insuficiente nas rubricas reforçadas no mapa em anexo."* -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 – Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo - Proposta do Sr. Presidente

----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Tendo sido presente um ofício subscrito pela adjudicatária do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio se Praia e Polidesportivo onde solicita alteração ao modo de prestação da caução, exigida no âmbito da cessão de exploração daqueles equipamentos, e ao valor das rendas a pagar em época baixa; -----

----- Considerando que, nos termos do disposto no Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 29/01/2013, para adjudicação da cessão de exploração daqueles equipamentos não estão previstas as duas questões suscitadas, não é possível a esta Autarquia agora alterar/contrariar os termos do concurso, nem alterar o clausulado do contrato de cessão de exploração em contradição com as disposições previstas no Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; -----

----- Reconhecendo-se, contudo, que as obras em curso naqueles equipamentos se prolongaram mais do que o previsto, propõe-se que a Câmara Municipal estabeleça um novo prazo (para além dos 30 dias já concedidos) para que a adjudicatária faça prova da prestação da caução, nos termos do n.º 4 da cláusula 13ª do Programa de Procedimento, que refere: -----

----- “ 4 – O adjudicatário deve prestar caução, no período entre a notificação da adjudicação definitiva e a respetiva assinatura do contrato de cessão, devendo comprovar a sua prestação junto da entidade adjudicante (Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra)” -----

----- A Câmara Municipal após analisar deliberou por unanimidade estabelecer o prazo máximo de 30 dias úteis para que a adjudicatária faça prova da prestação da caução, após o que deverá ser assinado o competente contrato. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 – Proposta de encerramento de procedimento de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 14/05/2013, no sentido de ser aberto concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, sitos na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, vêm os elementos da Comissão, designada para o efeito, informar que no dia 03/06/2013, data prevista para a realização da hasta pública tendente à adjudicação da cessão de exploração dos referidos bens, a mesma ficou deserta. -----

----- Por conseguinte, os elementos da Comissão entendem dever propor à Câmara Municipal o encerramento do procedimento de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, dado a hasta pública ter ficado deserta, conforme ata da Comissão anexa à presente.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.3 - Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais - Candidatura ao Arrendamento da Fração A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo dado entrada dos Serviços desta Autarquia, em 05/06/2013, com reg. Nº 2427, um requerimento subscrito por Élia Madalena Maia Pereira, em cumprimento do Despacho de V.Exª cumpre-me informar: -----

----- Tendo em conta o disposto nas Normas de Utilização e Arrendamento das Frações que constituem o Pavilhão, sito na Zona Industrial de Portela de Unhais da freguesia de Unhais-o-Velho (Normas), o qual foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28/05/2013, designadamente na sua Cláusula Décima Segunda, consta do requerimento/candidatura o seguinte: -----

----- Identificação do interessado/requerente: ÉLIA MADALENA MAIA PEREIRA, com residência em Portela de Unhais, 3320-365 Unhais-o-Velho, titular do cartão de cidadão nº 11870011 1 ZZ2, válido até 29/01/2015, com o NIF 214617416; -----

----- A requerente indica pretender candidatar-se ao arrendamento da fração A do Pavilhão em questão; -----

----- Refere que a atividade económica que exerce é de cabeleireiro e estética propondo, para além desta, desenvolver (na fração A do referido Pavilhão) comércio a retalho de produtos alimentares (supermercado) e cafetaria; -----

----- No que ao número de postos de trabalho existentes e a criar diz respeito, a requerente indica exercer a referida atividade de cabeleireiro e estética, conjuntamente com uma funcionária, prevendo a criação de um novo posto de trabalho o qual será afeto à atividade do supermercado e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

cafetaria. -----

----- Constata-se que foram anexados ao requerimento em questão, cópias das duas últimas declarações de IRS e cópia do cartão de cidadão da requerente, em cumprimento do disposto no nº 2 da Cláusula Décima Segunda das referidas Normas. -----

----- Assim, considerando o disposto na Cláusula Décima Terceira, do mesmo documento, informa-se que: -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Processo de Seleção)

1 - A seleção das candidaturas e adjudicação do arrendamento é feita pela Câmara Municipal, casuisticamente, tendo por base os seguintes critérios/fatores de ponderação:

- a) Número de trabalhadores da empresa; -----
- b) Novos postos de trabalho a criar; -----
- c) Mérito para a política económica do Município. -----

2 - Para efeitos de atribuição do arrendamento relevará o número de postos de trabalho a criar e o mérito para o desenvolvimento empresarial do concelho. -----

3 - Para efeitos de análise das candidaturas/intenções de investimento, a Câmara Municipal pode designar uma Comissão de Análise composta por três elementos ou solicitar a respetiva análise a um técnico da autarquia. -----

4 - Sempre que julgue necessário a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a Comissão de Análise ou o Técnico poderão solicitar aos candidatos quaisquer elementos complementares de análise. Os candidatos deverão apresentar tais elementos, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de ser considerada sem efeito a sua candidatura. -----

5 - A Comissão de Análise ou o Técnico supra referidos ficam obrigados a um acompanhamento de todo o procedimento de candidatura e de apreciação prévia devendo apresentar à Câmara Municipal uma informação escrita. -----

----- Mais se informa que, tendo em conta que a empresa candidata solicita o arrendamento da fração A, e que as frações do Pavilhão em questão possuem as características constantes do quadro infra, estando todas disponíveis para arrendamento: -----

FRAÇÕES	ÁREA COBERTA	ÁREA DESCOBERTA	ÁREA TOTAL	COMPOSIÇÃO
A	285 m2	163 m2	1.190 m2	Rés do chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

				Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Logradouro.
Inscrição matricial: 854 A		Descrição predial: 836/20061018 - A		
B	283 m2	370 m2	653,50 m2	Rés-do-chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Dois logradouros.
Inscrição matricial: 854 B		Descrição predial: 836/20061018 - B		
C	286,50 m2	1.038,34 m2	1.324,84 m2	Rés-do-chão: Escritório, instalações sanitárias e balneários femininos, instalações sanitárias e balneários masculinos, espaço destinado a arrumos e espaço amplo destinado a indústria, comércio ou serviços. Primeiro andar: espaço destinado a arrumos. Logradouro.
Inscrição matricial: 854 C		Descrição predial : 836/20061018 - C		

----- Face ao exposto, permita-me sugerir o seguinte: -----

----- - A apreciação, por parte do Executivo Camarário, da candidatura apresentada pela empresa supra identificada, a qual se anexa à presente, e a eventual adjudicação do arrendamento de uma das frações do Pavilhão em causa. -----

----- - No caso de ser adjudicado o arrendamento de uma das frações em causa à ora requerente sugere-se que seja estabelecido um prazo máximo para a requerente/adjudicatária apresentar cópia das apólices e respetivos recibos comprovativos da celebração dos seguros (a que alude o n.º 9 da cláusula oitava), bem como documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente a contribuições para a Segurança Social, emitido pela Segurança Social e Declaração de que não se encontra em dívida para com o Estado Português por impostos, emitida pelos Serviços de Finanças, nos termos e para os efeitos previstos na Cláusula Décima Quarta das Normas. À consideração superior". -----

----- A Câmara Municipal, face ao superior interesse que a referida candidatura representa para a economia do concelho, deliberou por unanimidade arrendar a Fração A do Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais, à requerente ÉLIA MADALENA MAIA PEREIRA. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.4 - RECURSOS HUMANOS

2.4.1 - Comandante Operacional Municipal - Alteração do Mapa de Pessoal

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Considerando que: -----

1. A Lei nº 65/2007 de 12 de novembro, vem definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional (COM); -----
2. Nos termos do artigo 13º nº1 e 4 daquele diploma, em cada município há um comandante operacional municipal (OM), que é nomeado de entre o universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais; -----
3. De acordo com o disposto no artigo 42º nº 1 do Decreto-Lei nº 49/2003, de 25 de Março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 21/2006, de 2 de fevereiro, o recrutamento dos comandantes operacionais distritais é feito de entre indivíduos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções; -----
4. O artigo 49º-A do Decreto-Lei nº 49/2003, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 21/2006 e alterado pelo Decreto-Lei nº 123/2008, de 15 de julho, prevê um regime de recrutamento excecional transitório, segundo o qual transitoriamente, pelo período de 10 anos após a entrada em vigor do presente diploma, podem ser nomeados a título excecional, para as funções a que se reporta o nº 1 do artigo 42º, indivíduos que possuam uma das seguintes condições: -----
 - a) Serem ou terem sido comandantes, 2ºs comandantes ou ajudantes de comando de corpos de bombeiros com, pelo menos, cinco anos de serviço efetivo nas respetivas funções e habilitados com o 12º ano de escolaridade; -----
 - b) Serem ou terem sido chefes de corpos de bombeiros municipais ou de bombeiros-sapadores com, pelo menos, cinco anos de serviço nas respetivas funções e habilitados com o 12º ano de escolaridade; -----
 - c) Terem exercido cargos dirigentes, funções de inspeção, de coordenação dos centros distritais de operações de socorro, de comandante operacional ou de chefe de operações em centros operacionais de âmbito nacional, durante mais de cinco anos, podendo estes ser cumulativos; -----
5. Deste modo, propõe-se a alteração do Mapa de Pessoal, para 2013, de forma a incluir esta categoria. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6. Propõe-se ainda, que a remuneração base seja a mesma da 1ª posição da categoria de Coordenador Técnico, da carreira de Assistente Técnico - 1.149,99 €. -----
7. Esta proposta, deverá ser deliberada pelo órgão executivo, devendo a alteração do Mapa de Pessoal, ser remetido ao órgão deliberativo para aprovação da criação do lugar de Comandante Operacional de Pampilhosa da Serra, a exercer em regime de Comissão de Serviço. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4.2 - Pagamento de Subsídio de Férias

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Tendo em consideração a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral do art. 29º da Lei do Orçamento de Estado para 2013 ("Suspensão do pagamento de subsídio de férias ou equivalente") e a não aprovação, até à presente data, de norma legal que disponha em sentido contrário, o subsídio de férias deverá ser pago aos trabalhadores em funções públicas, por inteiro, no mês de junho de 2013, de acordo com o n.º 1 do artigo 171º do referido Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro. -----

----- Assim e tendo em consideração o atrás enunciado, proponho que seja pago o subsídio de férias aos trabalhadores da Autarquia nos termos Lei acima mencionada. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - CONCURSOS PÚBLICO

3.1.1 - Relatório Final de Análise das Propostas

- Concurso Público para Aquisição de Bens
 - Aquisição de Escavadora Giratória de Rastos
- Processo n.º 192013



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Relatório Final elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- O citado Relatório encontra-se também acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 146º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente STET, Sociedade Técnica de Equipamentos e Tratores, S.A, e que se propõe executar o fornecimento do bem pelo valor de 198.700,00 € (cento e noventa e oito mil e setecentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de entrega de 14 dias. -----

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia, de acordo com o previsto no artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, ocorreu reclamação do concorrente Duromin, Equipamentos para Minas, Pedreiras e Obras Públicas, Lda, não tendo à mesma sido dado provimento nos termos e com os fundamentos contidos no relatório final. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a aquisição de bem à firma STET, Sociedade Técnica de Equipamentos e Tratores, S.A, e que se propõe executar o fornecimento do bem pelo valor de 198.700,00 € (cento e noventa e oito mil e setecentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de entrega de 14 dias. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código de Contratos Públicos, dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Acessibilidades no edifício dos Paços do Concelho de Pampilhosa da Serra
- Adjudicatário: Joaquim Gaspar Gonçalves



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
----- " Em 29/05/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente.-----

----- Para cumprimento do contrato inicial, foi apresentada a garantia bancária nº 0339.006333.993, emitida em 22/01/2007 pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 1.455,85 €. -----

----- Para reforço da garantia, aquando do pagamento dos autos nº 1, nº 2 e nº 3 foi retida a quantia total de 1.455,85 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitivo anexo, libertada a garantia bancária acima mencionada e devolvido o montante de 1.455,85 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Remodelação do edifício dos Paços do Concelho de Pampilhosa da Serra

- Adjudicatário: Joaquim Gaspar Gonçalves

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 29/05/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente.-----

----- Para cumprimento do contrato inicial, foi apresentada a garantia bancária nº 0339.006395.993, emitida em 27/04/2007 pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 2.413,50 €. -----

----- Para reforço da garantia, aquando do pagamento dos autos nº 1, nº 2 e nº 3 foi retida a quantia total de 2.413,51 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitivo anexo, libertada a garantia bancária acima mencionada e devolvido o montante de 2.413,51 €. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Lagoa de Macrófitas de Pisão

- Adjudicatário: Joaquim Gaspar Gonçalves

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Em 29/05/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente.-----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução, foi apresentada a garantia bancária nº59000000002, emitida em 22/10/2000 pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A., no valor de 522.936\$00 posteriormente convertida na garantia bancária nº 2000051358793 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 2.608,39 €.-----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitivo anexo e libertadas as garantias bancárias acima mencionadas. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.3 - ÁGUAS E SANEAMENTO

3.3.1 - Cobrança de faturação de água

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----

----- " Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que em virtude de no mês de agosto ser necessário proceder a uma reformulação dos serviços, que é coincidente com o período de férias dos cobradores, entende-se e de modo a suprir quaisquer transtornos com a acumulação de faturação, que a cobrança de agosto seja efetuada da seguinte forma: -----

----- - Os recibos a ser cobrados por SDD (Sistema de Débitos Diretos) serão cobrados dentro dos períodos normais de cobrança; -----

----- - Os recibos normalmente cobrados pelos funcionários do Município aquando da efetuação



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

das leituras, serão postos a cobrança nos PONTOS + correspondentes a cada freguesia, até ao dia 30 de agosto no 2º Turno e até ao dia 15 de setembro no 1º Turno, sendo que o pagamento destes recibos poderá ser também solicitado junto dos serviços de águas deste Município; -----

----- - O período de cobrança será prolongado de 1 a 30 de setembro no 2º Turno e de 15 de setembro a 15 de outubro no 1º Turno, sendo que os recibos remanescentes serão cobrados pelos cobradores junto com os recibos da cobrança de setembro. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - GABINETE DE TURISMO

4.1.1 - I Concurso de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência da reunião do júri de 31 de maio 2013, o gabinete de turismo vem propor a V.Exª as classificações abaixo indicadas. Mais informamos que os prémios a atribuir resultam da deliberação de reunião de câmara realizada dia 9 de abril de 2012 (1ºs lugares de cada categoria 250 €, 2ºs lugares de cada categoria um voucher no Villa Pampilhosa Hotel, que inclui alojamento para duas pessoas, por uma noite, em regime de pequeno-almoço).-----

----- O 1º concurso de fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza", decorreu entre 20 de Abril de 2012 e 19 de Abril de 2013, organizado pelo Município de Pampilhosa da Serra em parceria com o Turismo Centro de Portugal e Villa Pampilhosa Hotel. -----

----- Classificação: -----

1º Lugar	Categoria: Paisagem	Título: Caminhos de Luz	Concorrente: Maria Augusta de Almeida Pinto	Pseudónimo: Luna
2º Lugar	Categoria: Paisagem	Título: Pedaços de Paraíso	Concorrente: Maria Augusta de Almeida Pinto	Pseudónimo: Luna
1º	Categoria:	Título:	Concorrente:	Pseudónimo:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Lugar	Xisto	Enquadramentos	Hugo Jorge Pires Ferreira	Buck Rogers
2º Lugar	Categoria: Xisto	Título: Pedra Sobre Pedra	Concorrente: Maria Augusta de Almeida Pinto	Pseudónimo: Luna
1º Lugar	Categoria: Praias Fluviais	Título: A Mais Bela Praia	Concorrente: José Luís Pereira Jorge	Pseudónimo: Jorge Luz
2º Lugar	Categoria: Praias Fluviais	Título: Praia Fluvial Pamp. Serra II	Concorrente: José Olivença Cortez	Pseudónimo: Pamp. ART
1º Lugar	Categoria: Gastronomia	Título: Filhoses e Bolo de Azeite	Concorrente: José Olivença Cortez	Pseudónimo: Pamp. ART
2º Lugar	Categoria: Gastronomia	Título: Tradicional Maranhão	Concorrente: José Olivença Cortez	Pseudónimo: Pamp. ART
1º Lugar	Categoria: Vida	Título: Ciclos de Vida	Concorrente: Maria Augusta de Almeida Pinto	Pseudónimo: Luna
2º Lugar	Categoria: Vida	Título: Aproveitar um raro dia de sol	Concorrente: José Costa Pinto	Pseudónimo: Aprendiz de Feiticeiro

----- Consideramos que o I Concurso de Fotografia "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza" atingiu e superou todos os objetivos propostos: -----

1. Divulgação da marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza". -----
2. Promover articulação entre a marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza" e o produto turístico – turismo de Natureza definido no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo) para esta região. -----
3. Promover as praias fluviais, gastronomia, aldeias do xisto, paisagens e a vida do concelho ao longo de um ano. -----
4. Aumentar o acervo fotográfico do Município de Pampilhosa da Serra. -----
5. Envolver os agentes turísticos privados a operar no território. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior.” -----
----- Foi presente a Ata do Júri que presidiu à apreciação e avaliação dos trabalhos, de acordo com o Regulamento do Concurso. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 CULTURA

5.1.1 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para aquisição de serviços de “Concertos de Tony Carreira e David Carreira na Feira de Artesanato e Gastronomia 2013”.

----- Foi presente uma Informação da Chefe de Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

-----“ Nos termos do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o OE para 2013, conjugada com a portaria 16/2013 de 17 de janeiro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

----- Assim, são elementos necessários para a instrução do pedido de parecer: -----

----- 1- O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços e tem o objeto supra descrito, não se tratando de trabalho subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe cumprimento de horários de trabalho; -----

2 - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano 2013, classificada e cabimentada da seguinte forma: -----

- Orgânica: 0102 -----

- Económica: 02022502 -----

- GOP - 2013/1033 -----

3 - De acordo com o anteriormente exposto, torna-se necessário proceder à contratação do serviço supra identificado, cujo valor base do procedimento está estimado em 40.500,00€ (quarenta mil e quinhentos euros), podendo, assim, adotar-se a modalidade de ajuste direto no abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

4- Será convidada a apresentar proposta a empresa Regi-Concerto, Produções Musicais e Audiovisuais, Lda; -----

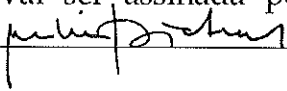
5 - De acordo com o previsto na alínea e) do n.º 2, do artigo 3º da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º, ambos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, juntando para o efeito os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato. -----

Ora, no presente caso, torna-se necessário proceder à referida demonstração uma vez que em 2012 foi celebrado contrato de prestação de serviços, com idêntico objeto e contraparte, no valor de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Assim, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º e o n.º 2 do artigo 75.º da LOE 2013, a redução remuneratória a aplicar será de 10% sobre o valor total do contrato, pelo que o valor base considerado já reflete a redução de 10% sobre o valor do contrato celebrado em 2012.-----

----- Conclusão: -----
----- Assim, considerando os elementos acima evidenciados, propõe-se emissão de parecer prévio vinculativo favorável relativamente à celebração de contrato de aquisição de serviços "Concertos de Tony Carreira e David Carreira na Feira de Artesanato e Gastronomia 2013. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,  que a subscrevi. -----

